NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 27/09/2013 - Edição 908

Médica agride vigilante após ser barrada em estacionamento de hospital do DF

Médica do HRC agrediu vigilante. Sindicato entrará com ação de reparação de danos contra a médica.

Em total desrespeito ao trabalho prestado pelos trabalhadores da segurança do Hospital Regional da Ceilândia (HRC), no Distrito Federal, uma médica empurrou um vigilante, deu um tapa e o chamou de "vagabundo". As agressões aconteceram na tarde desta quinta-feira (26).

Segundo o vigilante, ele trabalha no hospital há oito meses e não reconheceu a médica. Por isso, pediu que ela se identificasse para que então pudesse utilizar o estacionamento da unidade. Em resposta, ela o ofendeu com palavras de baixo calão, partindo para agressão física.

O caso foi registrado na 15ª DP como injúrias e vias de fato. O secretário de finanças do Sindicato dos Vigilantes do DF (Sindesv-DF) esteve no local juntamente com um advogado para prestar apoio à vítima. "O Sindicato vai entrar com uma ação de reparação de danos contra a médica. Ela atrapalhou o serviço de segurança do hospital, agrediu o vigilante física e verbalmente e isso não pode ser deixado para trás", afirmou.

Fonte: CNTV

Sindicato dos Vigilantes de Angra dos Reis realiza manifestação no centro da cidade

Membros da diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Angra dos Reis, diretores da Federação de Vigilantes do Estado do Rio de Janeiro e diversos trabalhadores da categoria participaram de uma manifestação no centro da cidade de Angra dos Reis (RJ) na manhã desta quinta-feira (26). Nesse ato, eles protestaram contra a aprovação da PL 4330, que está na Câmara dos Deputados, e ainda pediram mais segurança no setor de trabalho e o pagamento dos salários em atraso dos vigilantes da empresa Centauro.

O presidente do Sindicato dos Vigilantes, Maurício Conceição, falou sobre o movimento. "Infelizmente, no último dia 21 de agosto, a vigilante Verônica Soares, de 24 anos, foi morta após um assalto em agência bancária que fica em Angra 3. Acho que algo desse tipo não pode mais acontecer, por isso estamos cobrando mais segurança nos bancos, com a implantação de mais câmeras e a melhoria nas portas giratórias. Também queremos que sejam pagos os salários do mês de agosto dos funcionários da Centauro, que já estão com mais de 20 dias de atraso", disse o presidente.

Já o diretor da Federação de Vigilantes do Estado do Rio de Janeiro, Sebastião Neto, falou sobre a PL4330. "Caso seja aprovado esse texto da PL4330, na Câmara dos Deputados, em Brasília, as empresas que prestam serviços de terceirizados ficarão isentas de pagarem alguns diretos para os seus trabalhadores, entre eles Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e isso não pode acontecer. Hoje, se uma empresa de segurança prestar serviço para uma prefeitura e ela falir, o governo municipal tem a obrigação de manter os salários dos vigilantes. Caso essa lei seja aprovada, o trabalhador perderá esse direito e sairá sem nada. A maioria da nossa categoria trabalha no sistema de terceirização, por isso não podemos aceitar isso", explicou.

Cerca de 150 pessoas participaram do movimento, onde houve uma caminhada por várias ruas do centro da cidade, entre elas a Av. Júlio Maria e a Rua do Comércio entre outras.

Fonte: A Voz da Cidade

Vigilante é assassinado em ambulatório após tentativa de assalto

Vigilante Almiro Pereira foi morto nesta quinta-feira (26), no ambulatório onde trabalhava

No final da manhã desta quinta-feira (26), mais um crime foi registrado na capital alagoana. Durante um assalto no Primeiro Centro de Saúde de Maceió, no bairro da Levada, o vigilante Almiro Pereira foi atingido com um tiro no rosto e morreu na hora. Testemunhas divergiram sobre a motivação do crime.

Segundo os primeiros relatos, o vigilante foi morto após os dois homens que invadiram a unidade hospitalar pedirem armas. Quando foi entregar a arma, os assaltantes interpretaram como uma reação e efetuaram um único disparo que matou o profissional.

Outra versão é que o crime poderia ter sido encomendado, uma vez que um dos criminosos olhou o crachá do profissional e logo depois atirou no rosto. Outro vigilante estava no local, mas não foi ferido.

Após o crime, os dois homens deixaram o ambulatório que pertence ao Hospital Geral do Estado (HGE), sem levar qualquer bem material ou deixando pistas. O 1° Batalhão da Polícia Militar esteve no local, realizou algumas rondas mas não encontrou suspeitos.

O corpo do vigilante permaneceu por muito tempo no chão do ambulatório, aguardando a chegada do Instituto de Criminalística (IC) e Instituto Médico Legal (IML) para recolhimento. O crime será investigado a partir desta sexta-feira pela Delegacia de Homicídios.

Sindicatos cobram agilidade na investigação de morte de vigilante

O crime trouxe à tona a fragilidade das condições de trabalho dos profissionais da área da vigilância no estado. Segundo o presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Alagoas (SindVigilante), José Cícero Ferreira, a categoria está se mobilizando para realizar, na próxima semana, um ato público "para alertar a sociedade e os órgãos de segurança pública sobre a importância do trabalho do vigilante e a falta de condições adequadas para desempenhar a função".

Para oficializar a demanda da categoria os membros do SindVigilante e do Sindicato das Empresas de Segurança Privada (Sindesp) encaminharão um ofício ao secretário de Defesa Social, coronel Dário César para marcar um encontro entre os trabalhadores da área de vigilância e os representantes da esfera pública. "Vamos pedir que a morte do vigilante seja investigada de forma imediata", destacou José Cícero.

Entre os pontos que serão solicitados na audiência está a reestruturação dos postos de vigilância que estão situados dentro das repartições públicas. "A implantação de circuitos fechados de TV e a construção de guaritas podem contribuir para que o vigilante não fique tão vulnerável", destacou o presidente do SindVigilante.

"A insegurança é uma companheira constante. Os órgãos responsáveis pela segurança pública fazem investimentos em viaturas, armamento e outros equipamentos, mas de fato nas ruas isso é pouco sentido. É preciso mais efetividade", destacou o membro da diretoria do Sindesp, Epitácio Mendes.

Os trabalhadores que atuam na área da vigilância são capacitados em escolas especializadas. "Todos os cursos são autorizados pela Polícia Federal. São todos cidadãos de bem e isso deixa muitas dúvidas sobre os motivos do crime", reforçou um dos diretores do Sindesp.

Fonte: Cada Minuto

Crime aconteceu no Primeiro Centro de Saúde de Maceió

Executiva Nacional da CUT define novas ações contra PL 4330

Em reunião realizada na terça e quarta-feira, dias 24 e 25, em São Paulo, a Direção Executiva da CUT aprofundou o debate do cenário político e econômico do País e reafirmou sua posição de defesa intransigente dos direitos e interesses dos trabalhadores.

Após as discussões, os dirigentes da Central deliberaram sobre os seguintes pontos:

1. AÇÃO CONTRA O PL 4330 E DEFESA DA PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA

Travamos nos últimos meses uma dura batalha contra a precarização das relações de trabalho e conseguimos, por meio da mobilização dos trabalhadores, impedir que fosse levado à votação no Congresso Nacional o PL 4330. Vencemos uma etapa importante, mas a luta continua.

Diante da possibilidade de o PL 4330 ser votado nas próximas semanas, exigimos que o projeto seja retirado da pauta do Congresso.

Aprovamos os seguintes encaminhamentos:

- Manter nossas bases em estado de vigilância, prontas para retomar a ação contra qualquer iniciativa dos empresários ou de seus representantes no parlamento visando retirar direitos dos(as) trabalhadores(as) e precarizar as relações de trabalho. Realizar uma manifestação de massa em Brasília, se o PL 4330 for para a votação;

- Exigir a retirada do requerimento de urgência, instrumento que permite enviar o projeto direto para o plenário da Câmara;

- Promover audiências públicas, onde ainda não ocorreu, nas Assembleias Legislativas dos Estados, juntamente com a Anamatra, Ministério Público do Trabalho, OAB e demais aliados, para pressionar os deputados em suas bases eleitorais, mobilizar a opinião pública e as bases CUTistas na luta contra o PL 4330;

- Manter a pressão e promover o diálogo junto aos partidos e parlamentares em Brasília, explicitando a posição da CUT;

- Divulgar no Portal da CUT os nomes dos deputados que já declararam seu voto contrário ao PL 4330, dos que já se posicionaram a favor da terceirização e daqueles que ainda não se manifestaram, para que continuemos a pressioná-los;

- Retomar, junto com esta luta contra o PL 4330, as mobilizações em torno dos demais pontos da Pauta da Classe Trabalhadora. Priorizar na pauta da CUT, as bandeiras de luta para avançar na conquista de direitos: fim do fator previdenciário, redução de jornada para 40 horas sem redução de salários, aprovação do PEC do trabalho escravo e medida contra a criação de fundações privadas no âmbito do serviço público (PL 92/2007);

- incluir os pontos da Pauta da Classe Trabalhadora, especialmente a pressão contra a terceirização, na Jornada Mundial pelo Trabalho Decente, programada para 7 de outubro.

2. LEILÃO DO CAMPO DE LIBRA

A Direção da CUT reafirmou sua posição em defesa dos interesses da população e da soberania nacional, colocando-se contra o leilão do Campo de Libra, previsto para 21 de outubro próximo. Neste sentido, convoca as Estaduais da CUT, os ramos e sindicatos filiados a mobilizar suas bases para participar, junto com os movimentos sociais, das atividades programadas contra esse leilão, tendo como foco aquelas que já estão sendo organizadas pela FUP, conforme o calendário abaixo:

- 30/09 - acampamento da FUP em Brasília;

- 03/10 - greve nacional dos Petroleiros e atos relativos aos 60 anos da Petrobrás;

- 07/10 - ato político no Rio de Janeiro;
- 17/10 - Dia Nacional de Luta contra o Leilão de Libra, com passeatas nas capitais;
- 21/10 - Ato público com participação de todas as centrais sindicais e movimentos sociais no local do leilão.

3. COMUNICAÇÃO

O Fórum Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação, FNDC, realizou em Brasília, nos dias 21 e 22 de setembro, sua XVII Plenária Nacional, quando deliberou pela intensificação da coleta de assinaturas do Projeto de Lei de Iniciativa Popular pela Democratização da Comunicação, a ser realizada durante a Semana Nacional pela Democratização da Comunicação, entre os dias 13 e 19 de outubro, e pela aprovação do marco civil da Internet com neutralidade da rede.

De acordo com a legislação vigente desde a Constituição de 1988, os projetos de lei de iniciativa popular, como é o caso do Projeto de Lei de Mídia Democrática, exigem o mínimo de 1% de assinaturas do colégio eleitoral nacional. Atualmente é necessário mais de 1,4 milhão de assinaturas, por isso o compromisso da CUT, com toda a sua força e abrangência é fundamental para que obtenhamos vitória nessa luta a favor da democracia brasileira.

Portanto, a direção Executiva da CUT delibera:

- tratar a questão como prioritária em todas as instâncias da Central durante a Semana da Democratização da Comunicação, entre 13 e 19 de outubro;
- que os ramos e sindicatos executem ações para a coleta de assinaturas para Projeto de Lei de Iniciativa Popular pela Democratização da Comunicação durante essa semana, preferencialmente com a abertura de postos para coleta de assinaturas, fixos e itinerantes;
- que as entidades encaminhem os formulários assinados para a Secretaria de Comunicação da CUT Nacional.

4. REFORMA POLÍTICA

A CUT reafirma sua posição quanto à necessidade de uma ampla reforma do sistema político brasileiro como condição necessária para resolver problemas estruturais da política nacional e para que as forças populares consigam aprofundar as mudanças que são necessárias para fortalecer a democracia e avançar no combate à exclusão e à desigualdade social. Neste sentido, reafirma sua posição em relação a pontos fundamentais dessa reforma:

- fim do financiamento privado de campanha;

- voto em lista partidária com alternância de sexo;

- diminuição do número de assinaturas para projeto de lei de iniciativa popular;

- fim do Senado;

- inclusão de mecanismos para democratizar o Poder Judiciário.

Assim, a CUT delibera por mobilizar suas bases por uma Reforma Política democrática e prioriza, juntamente com os movimentos sociais, a realização de um plebiscito por uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político.

Fonte: CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF